

A PRODUÇÃO DE MATERIAIS SOBRE ARTE AFRO-BRASILEIRA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTE

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva - UDESC

Janine Alessandra Perini - UDESC

Resumo

Neste artigo abordamos a produção de materiais sobre a cultura africana a partir de conteúdos disponíveis na Internet para servir de subsídios para a formação de professores de arte. Os conteúdos da web apresentam diversificado material, produzido por museus virtuais do país e do exterior, teses e dissertações, revistas digitais, blogs, páginas de projetos, entre outros. Por terem sido analisados e organizados a partir de uma concepção multicultural-crítica, acreditamos ter conseguido uma qualificada abordagem para a prática do professor de arte, pois a lei 10639/2003 torna obrigatório o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira na escola. Utilizamos, para esse estudo, os conteúdos da Internet por acreditarmos que há carência de investigação sobre o tema e que a produção virtual necessita de sistematização para ser disponibilizada em classes escolares.

Palavras-chave: Arte, formação de professores, lei 10.639/2003, materiais virtuais e Internet.

Abstract

This article is based on the production of materials about the African culture provided by digital contents available on the Internet in order to offer support for the training of art teachers. The contents available on the web, present a diverse material produced by virtual museums of the country and abroad, theses and dissertations, digital magazines, blogs, project pages, among others. In view of the fact that they have been organized and analyzed from a multicultural conception-criticism, we believe we have achieved a high-qualified approach to the practice of the art teacher, because the law #10639/2003 turns the teaching of African-History and Afro-Brazilian culture as an obligated subject at school. We have used the contents of the Internet for this study, because we believe that there is lack of research on the subject and the virtual production requires systematization to be available in classrooms.

Key words: Arts, teacher training, law 10639/2003, virtual materials and Internet.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar a problemática da produção de materiais para a formação de professores de arte no contexto da lei 10639/2003. A referida lei normatiza, no âmbito das escolas, a inclusão de conteúdos da história e da cultura afro-brasileira nas disciplinas de História, Língua

Portuguesa e de Artes na escola. Nunes (2009) analisa que nos anais de congresso produzido pela ANPAP (Associação Nacional de Pesquisadores de Artes Plásticas), entre os anos de 2004 a 2008, foram apresentados nove trabalhos referentes ao tema da inclusão na perspectiva étnico-racial. Essa análise identifica a necessidade de serem desenvolvidas pesquisas em relação ao tema proposto, por haver carência de produção de materiais para a formação de professores de artes.

No cenário inicial das mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos na temática da inclusão de conteúdos sobre africanos e afro-brasileiros, as reformas educacionais foram introduzindo mudanças no currículo escolar e também nos cursos de formação de artes. Fonseca da Silva (2006) analisou as dificuldades de inserção da referida lei e do desconhecimento dos conteúdos da arte e da cultura africana e afro-brasileira pelos professores numa determinada rede de ensino entre os anos de 2004 e 2005. Igualmente havia dificuldades de encontrar material sobre o tema. Hoje, esse cenário é mais promissor, tanto na linha editorial quanto na produção de materiais educativos voltados para os estudantes. No entanto, a produção de materiais está em geral restrita à realização de exposições de artes.

A qualidade desses materiais, as condições de aquisição do professor de arte e a disseminação dessas produções na imensidão do país são questões relevantes, mas que não serão analisadas no presente texto, embora façam parte de nossa compreensão sobre o tema. Nosso foco principal será o de analisar conteúdos virtuais, selecioná-los e propor estratégias para a produção de materiais pedagógicos dirigidos aos professores de arte, partindo de conteúdos disponíveis na Internet¹.

2. As contribuições da lei 10639/2003

A lei 10639/2003 tem como política o reconhecimento das diferenças sociais advindas do processo de escravização do negro no Brasil e também de sua participação na história do país. O Brasil é a segunda maior nação de povos de matriz africana do planeta. Anjos apresenta uma estimativa dos povos africanos que desembarcaram nos principais portos de diferentes regiões do mundo e fala sobre o tráfico de escravos da África para a América: “O Brasil apresenta a maior estatística, ultrapassando a casa dos quatro milhões de seres humanos transportados. A

extensão do processo ajuda a entender o surgimento de uma sociedade marcadamente racista.” (ANJOS, 2006, p.25).

A política pública que propõe a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira, incluindo conteúdos de história da África, dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, tem como objetivo ampliar a autoestima dos alunos afrodescendentes e reconhecer a importância dessa cultura no nosso país. As diretrizes para a educação interétnica (2005) analisam que as mudanças na educação propiciam que o aluno negro busque sua identidade e o não negro tenha um olhar diferenciado, sem preconceito, mas de reconhecimento de uma diversidade racial e, principalmente, cultural. Da análise das diretrizes podemos concluir, ainda, que ao trabalhar em sala de aula com a temática afro-brasileira estaremos dando importância a um conjunto de heranças africanas, formadoras da identidade nacional e conhecendo parte dessa história excludente e marcadamente racista.

A lei 10639/2003 tem como objetivo propor uma mudança cultural na sociedade e, assim, corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. Mantoan coloca que estamos no tempo das diferenças e da globalização, e completa dizendo: “Temos o direito de ser, sendo diferentes e, se já reconhecemos que somos diferentes de fato, a novidade está em quereremos ser também diferentes de direito.” (MANTOAN, 2004, p.17). Com essa lei, estamos caminhando para uma escola mais inclusiva, com maior participação dos setores mais desfavorecidos, abarcando as diferentes culturas.

Desde 2003, é obrigatório o ensino da História e da Cultura Afrobrasileira nas escolas. No entanto, temos poucas investigações relacionadas ao ensino de arte que analisem esse contexto. Muitas perguntas surgem em função da precariedade de estudos que investiguem os desdobramentos da legislação na escola, entre elas destacamos: Qual a preparação que foi proposta pelas secretarias estaduais e municipais e também pelo Ministério da Educação? Criaram condições para a sua aplicação? Como os Conselhos Estaduais e o Conselho Federal de Educação se posicionaram a esse respeito? Edson França, coordenador geral da

União de Negros pela Igualdade (Unegro) e membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), órgão ligado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), responde a essa pergunta numa entrevista à revista Guia Prático para professores de ensino fundamental.

Na entrevista, além de falar sobre o poder público, ele argumenta que os professores não estão preparados para abordar a temática africana em sala de aula, porque a falta de conteúdo e o racismo não permitem, pois há limitação no campo religioso e cultural, na produção de conhecimento, na formação dos professores e no interesse dos governantes.

A lei 10639/2003 que foi uma iniciativa da deputada Esther Grossi, do Rio Grande do Sul, foi apenas um estímulo inicial para a democratização do saber universal, trazendo para o currículo escolar as contribuições da África e dos negros brasileiros na mesma condição que os conteúdos europeus compõem a matriz curricular. Castells fala sobre a importância das pessoas reagruparem-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais:

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. Essa tendência não é nova, uma vez que a identidade e, em especial, a identidade religiosa e étnica tem sido a base do significado desde os primórdios da sociedade humana. (CASTELLS, 1999, p.41).

Muitos autores dentro do paradigma da pós-modernidade abordam os temas da identidade. No entanto é necessário considerar que a indústria cultural também promove, muitas vezes de forma artificial, o agrupamento de indivíduos. Acreditamos que a identidade pode ser considerada uma estratégia de divisão dos grupos, utilizada a partir da máxima de Maquiavel “dividir para governar”. O tema da identidade tira o foco da organização por classe e divide os grupos em diversos territórios. Na análise de Castells, a realidade consolida-se de outra forma:

(...) a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (CASTELLS, 1999, p.41).

Perguntamo-nos a quem interessa a fragmentação das instituições? Como os trabalhadores do mundo inteiro têm se organizado a partir da flexibilização das relações de trabalho e do enfraquecimento do Estado Social? Quem ocupa o espaço que era do Estado como responsável pelo bem-estar dos trabalhadores? E a regulação do mercado em que só os bons profissionais sobrevivem? E o que acontece com os excluídos? E quem são? Qual o lugar que os professores ocupam nesse cenário? As estatísticas apontam que há uma grande maioria de jovens, mulheres e negros que compõe o grande contingente de excluídos.

Desse modo, se a escola valorizar a cultura africana, estará contribuindo para que o aluno construa seu pertencimento étnico, identificando e organizando seu significado em torno do que ele é, sem desconsiderar a divisão social das classes na atualidade. Pois conhecer a própria história é um direito inalienável de todos os seres humanos, num país democrático.

3. A arte afro-brasileira: um olhar educativo

Abordamos, neste artigo, a arte afro-brasileira no seu sentido amplo, que começa com os africanos seqüestrados pelo tráfico e trazidos ao Brasil, carregando na memória sua origem e cultura, entrando em choque e ao mesmo tempo sendo influenciados por outras culturas, sobretudo pela européia. CONDURU (2007) aponta que a arte afro-brasileira é a produção decorrente da confluência e fusão de princípios, práticas e elementos da arte africana com a brasileira. Desse modo, a arte afro-brasileira está em contínuo processo de formação e mudança, pois é a expressão de questões sociais.

Sou negra... Se eu não dissesse quem sou, passaria por branca. E por que faria isso? ...O problema não é simplesmente um problema meu em relação à minha identidade racial. Também é um problema de vocês que têm a tendência a se comportarem de maneira depreciativa ou insensível em relação aos negros quando não há nenhum presente... Alguns pesquisadores calculam que quase todos os americanos supostamente brancos têm entre 5 e 20 por cento de genealogia negra. Agora, as convenções arraigadas desse país classificam uma pessoa como negra se ela tem quaisquer ancestrais negros. Portanto, a maioria dos americanos supostamente branca é, de fato, negra... O que vocês vão fazer com isso? Adrian Piper (1988, apud HEARTNEY, 2002, p.70)

Adrian Piper desafia os espectadores com esse texto incrível, veiculado no vídeo “Encurralado”, na instalação feita em 1988. Nele, ela fala para o observador atrás de uma barricada criada por uma mesa virada.



Adrian Piper, *Cornered*, 1988 -Collection Museum of Contemporary Art, Chicago.

A artista nos faz lembrar que somos todos africanos, que foi na África, há milhões de anos, que apareceram nossos ancestrais e dali partiram para povoar a Europa e a Ásia. Segundo GENTILE (2005), foi no Vale da Grande Fenda, formação que atravessa a Etiópia, o Quênia e a Tanzânia, que encontraram os fósseis mais antigos. O *Homo erectus* teria partido dessa região milhões de anos depois para povoar a Ásia e a Europa, onde se transformou em homem de Neanderthal. O planeta foi povoado inicialmente pela África, pois os homens que continuaram na África evoluíram para a espécie *sapiens*, que mais uma vez migraram, dizimando ou substituindo os neandertais e os homínídeos asiáticos.

Repensar e discutir tais questões dentro da escola faz com que criemos um espaço polêmico, democrático, com possibilidades de desconstruir idéias negativas, arraigadas no imaginário popular, como o preconceito racial, que muitas vezes aparece em piadinhas e apelidos entre estudantes. Nós, professores, devemos trabalhar a arte afro-brasileira dentro da escola de uma forma a valorizar e afirmar a cultura e a identidade negra, sem resvalar no preconceito e nem cair no

encantamento do exótico. Assim, quando ensinamos sobre a África na escola, estamos propondo a reflexão sobre cidadania e fazendo um resgate das diferentes culturas negras ao reconhecer as múltiplas diversidades étnicas que abrangem a sociedade brasileira.

Ensinar as manifestações artísticas africanas transpõe o caráter técnico, relaciona o conteúdo e a forma, situando-as no contexto, englobando os processos socioculturais e conferindo-lhes uma significação cultural. Com a arte, podemos refletir, analisar e entender aspectos histórico-culturais, tendo uma relação com outras áreas do conhecimento como a arquitetura, a antropologia, a religião, a história, a etnologia, a crítica de arte, entre outras. Com essa relação é possível argumentar, refletir, corrigir injustiças e perceber a riqueza da diversidade étnica e as mudanças culturais de um povo.

A arte africana é também um meio de comunicação com o plano espiritual e não simplesmente um objeto estético. Silva e Alcântara salientam: “Para o africano, a existência ocorre em dois níveis, o AIÉ- terra e o ORÚM- plano invisível, que pode ser sentido e vivido através de alguns mecanismos rituais.” (SILVA; ALCÂNTRA, 2004, p.116).

Então, quando falamos em cultura afro-brasileira, devemos lembrar que ela está embebida nesses padrões, pois é uma manifestação complexa porque não está somente no campo artístico, mas também no campo social, religioso e cultural. Para fazer uma leitura dessa arte precisamos conhecer seu contexto e sua história.

Na década de 70, quando o Brasil estava valorizando as culturas de origem, surge o rótulo “afro” para designar o patrimônio africano no Brasil e especialmente para identificar nas manifestações consagradamente afro-brasileiras um certo purismo² africano.

Em sala de aula, esse termo “afro” abre múltiplas possibilidades na análise e na reflexão das produções artísticas, pois podem ser trabalhadas peças produzidas em diferentes nações africanas (Nagô, Jêje, Angola); os objetos de uso ritual; objetos de uso cotidiano, denominados artesanato ou objetos utilitários; pinturas de artistas que têm uma visão exótica do escravo africano (Debret,

Rugendas, Carlos Julião); pinturas de artistas que mostram a visão do branco sobre o negro (Tarsila do Amaral, Portinari, Di Cavalcanti); artistas que mostram a visão do negro sobre si mesmo (Arthur Timóteo, José Benedito Tobias); artistas que mostram o momento atual (Mestre Didi, Rosana Paulino, Rego Monteiro, Rubem Valentim); fotógrafos que têm como temática a arte- afro-brasileira (Walter Firmo, Pierre Verger, Madalena Scharwartz, Mário Cravo Neto) ou ainda entrar no campo antropológico e ver a proposta de Raul Lody, que estuda a cultura material corporificada, as jóias de Axé, pencas, guisos dos orixás e fios de conta. Todas essas propostas podem compor o currículo escolar, mas para isso necessitam também compor a matriz curricular de formação do professor de arte.

4. Os materiais pedagógicos virtuais

A produção de materiais pedagógicos necessita veicular uma concepção de educação e, conseqüentemente, uma concepção de arte e sociedade. A teoria multicultural, tanto na perspectiva dos estudos culturais como na perspectiva das teorias críticas, principalmente a partir do pensamento de MacLaren (1999, 2000 e 2002), que utiliza o conceito de multiculturalismo-crítico para se desvincular da concepção dos estudos culturais, têm participado avidamente do debate inclusivo. O autor analisa a sociedade a partir de um olhar crítico, buscando estratégias que colaborem para reverter a condição de um conjunto de sujeitos em diversos contextos, considerando a cultura como elemento central do debate. Ao mesmo tempo questiona a ideia de cultura única, prevalecendo a concepção de culturas (multi, inter, poli). Pensar a problemática da inclusão por uma ótica multicultural-crítica requer a percepção dos fenômenos sociais presentes no sistema em que estamos inseridos, inclusive no âmbito da ampliação e da exploração da indústria cultural. No cenário da educação espera-se que essa consciência em relação aos problemas sociais possa ser elemento de reflexão tanto para o professor quanto para os estudantes. A produção artística na condição de produto histórico situado num determinado contexto é também conteúdo social.

Procuramos analisar os conteúdos encontrados na web na perspectiva de materiais que auxiliem o professor de arte a aprofundar seu conhecimento acerca das diferentes áfricas, da produção tradicional e também da produção artística contemporânea. Um dos grandes equívocos da inserção dos conteúdos de arte

africana no currículo escolar é supor que a arte africana tenha parado no passado. Muitos artistas modernistas utilizaram-se da produção artística africana como fonte de ampliação do processo criativo. Outros colecionaram a arte africana tradicional e essas imagens ocupam a grande parte das produções bibliográficas sobre arte africana. No entanto, a produção africana é muito mais do que a produção do século XIX. A biblioteca do Museu Afro-Brasil amplia essa visão trazendo materiais de catálogos e outras produções bibliográficas que modificam esse cenário. O Museu tem também trazido exposições de artistas contemporâneos de diversos países da África.

Consideraremos como material pedagógico virtual um conjunto de artefatos disponíveis na rede que apresentam confiabilidade de conteúdo e podem gerar processos de aprendizagem, tanto para alunos como para professores de artes. Os museus virtuais são uma fonte importante de conteúdos organizados de forma a propiciar a criação de materiais. Fonseca da Silva e Bellé (2011) analisam o site do Museu afro-Brasil, que se consolidou como um espaço de coleta de material. Acessando o site <http://www.museuafrobrasil.org.br/>, o professor de artes tem a sua disposição um conjunto de imagens, vídeos, textos e referências para aprofundamento. Na análise dos sites educativos temos buscado identificar:

a) Interface com o usuário: se o site é acessível, se apresenta boa interface, se a linguagem é agradável, se tem uma preocupação estética. b) conteúdos: se apresenta a reflexão teórico-prática em relação ao tema étnico-racial, se reflete o acervo do museu, se têm imagens acessíveis, se tem um canal de comunicação com o usuário, c) investimento na formação de professores: se tem formação *on line*, se tem formação presencial, se tem materiais específicos para educadores, se tem um setor educativo, se produz material para professores, se tem biblioteca presencial e on line, se tem centro de documentação (FONSECA DA SILVA e BELLÉ, 2011, p.03).

Mesmo que o Museu apresente as características apontadas acima, seus conteúdos são colocados de forma informal, tanto para atender um conjunto variado de públicos, quanto para manter a leveza da linguagem virtual. Assim, mesmo na internet, o professor poderá buscar outros espaços de aprendizagem como complemento: revistas virtuais, bancos de dados de universidades e materiais já disponíveis na rede, inclusive cursos propostos pelo governo federal por meio da Plataforma Freire. É necessário considerar a construção da linguagem da Internet como uma rede, de modo que um *link* possibilite vários caminhos e outros tantos *links*. Na verdade, a perspectiva de análise crítica do professor de arte auxiliará no

processo de escolha dos caminhos, buscando eleger os que possibilitem maior aprofundamento e qualificação da proposta.

O site <http://www.arteafricana.usp.br/index.html> tem uma proposta pedagógica com o objetivo de atender as demandas da lei 10639/2003. Disponibiliza aos professores um conjunto de textos, materiais e links para outros sites que podem auxiliar nessa formação. Entre eles destacamos: Museu Etnológico de Berlim, Museu Real da África Central, Tervuren, Museu Nacional de Arte Africana, Washington, Arquivos fotográficos de Elliot Elisofon, Museu Britânico, Londres, Museu Nacional Pré-histórico Etnográfico Luizi Pigorini, Roma Recitos de viajantes sobre a África - Base de dados, Gallica, Museu Africano de Berg em Dal, Museu Histórico de Abomey, Museus da África na Internet, Museu Afro-Brasileiro de Salvador, Fototeca África, da Fundação Pierre Verger, Casa das Áfricas e Museu Nacional de Belas Artes.

No campo da política institucional, o governo federal propôs, em 23 de março de 2003, a SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - com a intenção de impulsionar no plano institucional o combate das desigualdades raciais. O site da secretaria disponibiliza no endereço eletrônico <http://www.seppir.gov.br/> um conjunto de materiais para professores e gestores, entre eles, as políticas públicas, publicações e programas desenvolvidos pelo governo federal em parceria com os governos municipais e estaduais e informações sobre as comunidades quilombolas. Destacamos duas iniciativas para incentivar a inserção desses conteúdos na escola: a criação do selo quilombola (para os produtos culturais criados nas comunidades) e o selo educacional (para as escolas com projetos classificados como de qualidade por uma equipe de consultores da SEPPIR). Essas estratégias favorecem a visibilidade das práticas diferenciadas.

O conjunto de materiais apresentado é uma porta de entrada para um mundo de ampliação do olhar para o professor de arte e também para os estudantes. No entanto, diversas habilidades estão em foco, como: considerar os conceitos da área; ampliar a percepção histórica do contexto, compreendendo a cultura africana de forma igualitária; combater o racismo e a exclusão; dar visibilidade à cultura africana e afro-brasileira na mesma condição que a cultura

européia e norte-americana. Destaca-se, ainda, que a valoração do objeto artístico africano e afro-brasileiro possui valor como objeto estético, no entanto se diferencia porque traz consigo uma contextualização singular: a partir de seus símbolos, sua estética, sua materialidade, sua religiosidade, ou seja, é um conjunto de códigos culturais distintos, assim como são distintos os da cultura indígena, oriental, européia, entre outras.

Propomos como metodologia de trabalho que o professor se desvencilhe de seus próprios preconceitos e construa com seus alunos uma trajetória investigativa, buscando conhecer, analisar e comparar as produções de ontem e de hoje, do norte e do sul da África, como também o que foi produzido no Brasil sobre o tema, seus reflexos na arte afro-brasileira, na arte contemporânea, na produção dos artistas negros e no espaço que os artistas negros ocupam no contexto da arte brasileira, para que possa selecionar os conteúdos disponíveis na Internet.

O uso das tecnologias na educação é uma demanda que cresce e nos cerca de possibilidades, tanto de ação como de crítica. Nesse processo devemos investigar, junto com os estudantes, as possibilidades de classificação de conteúdos, a organização de roteiro de pesquisa, a produção de materiais e a apropriação dos materiais já prontos na rede são algumas das possibilidades para construir um processo mais aprofundado. Os blogs, as páginas, as redes sociais também podem ser instrumentos de aprendizagem das contribuições artísticas da cultura africana e afro-brasileira na sala de aula e sua inserção no sistema das artes brasileiras e internacionais.

5. Considerações Finais

O tema é abrangente e polêmico porque desestrutura uma série de conceitos arraigados em nossa sociedade, uma população predominantemente branca, machista, católica e européia, da qual nós, professores de artes, fazemos parte. Muitas universidades têm buscado modificar esse quadro, propondo disciplinas específicas para esse tema ou inserindo conteúdos da cultura e da arte africana e afro-brasileira nas disciplinas de história da arte e também nas disciplinas pedagógicas.

Não é um campo fácil de mover-se. No entanto, as políticas públicas surgem, o debate se acentua, porém as pesquisas crescem a passos lentos, principalmente no sul do Brasil, onde há uma invisibilidade do povo negro nas estatísticas. A par disso, surge a implementação da política de cotas que provoca um deslocamento nos processos estáveis da formação acadêmica no Brasil.

No campo das artes, os artistas negros querem seu espaço como artistas. Quando observamos as imagens do Dicionário de Arte Popular do Brasil (2005), a maioria dos artistas considerados no “campo popular” são negros, invisibilizados a partir da categoria “popular. No entanto, existe uma realidade de resistência de outro grupo de artistas, que foram destacados no texto como um conjunto de artistas negros com produção qualificada no sistema das artes. Os museus virtuais e físicos têm ampliado a aproximação com essa temática, principalmente após a criação do Museu Afro-Brasil, que é um marco na América Latina no combate à exclusão do negro no cenário das artes visuais.

Acreditamos que os materiais pedagógicos para o professor de arte, construídos por eles e por seus alunos, com apoio das instituições acadêmicas e dos museus, ampliam e qualificam a aplicação da lei 10639/2003. Ressaltamos a necessidade de um maior apoio para que o professor disponha de condições para essa prática.

Destacamos da mesma forma a importância de empreendermos estudos que analisem, categorizem e proponham direcionamento para a grande produção de materiais virtuais, pois dadas as dimensões do país, a educação brasileira e o ensino de arte não devem dispensar os conteúdos existentes, como as exposições virtuais; os sites de conteúdos; as revistas digitais; os projetos de ONG`s, de instituições públicas e privadas, fundações, artistas, grupos de diversos tipos que produzem no ambiente virtual. Nossa tarefa é disponibilizar ao professor e também construir com ele formas de acesso aos conteúdos da Internet.

¹ A mestranda Janine Alessandra Perini realiza um estudo dessa natureza a partir dos materiais virtuais que abordam os temas da cultura quilombola no Brasil.

² Purismo aqui é visto como a compreensão de um fenômeno, defendendo estritamente a pureza de uma tradição. Caracteriza-se pela rejeição sistemática de qualquer possibilidade ou proposta de alteração em uma doutrina ou ortodoxia.

6. Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas**. Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

BRASIL. MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECAD, 2005.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U DE 10/01/2003.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede**. Vol. I. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONDURU, Roberto. **Arte Afro-Brasileira**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

FONSECA DA SILVA, M.C.R.; BELLÉ, L.A.. **Museos virtuales**: una mirada a partir de la inclusión. Educación Artística Revista de Investigación, 2011.

FONSECA DA SILVA, M. C. R.. **Professores de Arte e a Inclusão**: O caso da lei 10639/2003. In: 29ª Reunião da ANPED, 2006, Caxambu - MG. 29ª Reunião Anual da ANPED - Educação Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade: desafios e compromissos. Rio de Janeiro: ANPED, 2006. v. único. p. 35-45.

Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT21-2610--Int.pdf>

FROTA, L. C. **Pequeno dicionário da arte do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Aeroplano, 2005.

FRANÇA, Edson. Preconceito em alta (infelizmente). 2009. **Guia Prático para professores de Ensino Fundamental**. Nº63, p. 6-7. Maio 2009. Entrevista concedida a Melissa Rossi.

GENTILE, P. África de todos nós. **Nova Escola**. São Paulo, nº 187, p. 42-49, novembro 2005.

HEARTNEY, Eleanor. **Pós- Modernismo**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O direito à diferença nas escolas** – questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências. Revista Educação Especial Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, n. 23, p. 17-23, 2004.

MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Multiculturalismo revolucionário**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. E FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2002.

NUNES, Ana Luiza Ruschel. Panorama da pesquisa em artes visuais em inter-relação com a inclusão. In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; FONSECA, da SILVA, Maria Cristina (orgs.). **Educação, Arte e Inclusão**: trajetórias de pesquisa. Florianópolis: UDESC, 2009. P.85-107.

SILVA, José Carlos Gomes da; ALCÂNTARA, Ana Paula de Oliveira. Artes étnicas: um estudo acerca do patrimônio material afro- brasileiro. In: MEDEIROS, Maria Beatriz de (Org.). **Arte em pesquisa**: especialidades. Curadoria; História, Teoria e Crítica da Arte; Questões do Corpo e da Cena; Restauro e Conservação de Materiais. Brasília: DF: Editora da Pós- graduação em Arte da Universidade de Brasília, 2004. V.1. P. 116 – 121.

Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva

Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais PPGAV. Prof. do Centro de Educação a Distância – CEAD/ UDESC. Realizou no último ano estágio pós-doutoral na Universidade de Sevilla - Espanha e no Instituto Universitário del Arte – IUNA em Buenos Aires – Argentina. Líder do Grupo de Pesquisa: Educação Arte e Inclusão. Editora responsável da revista Palíndromo – PPGAV.

Janine Alessandra Perini

Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – Mestrado do Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina – CEART/UDESC. Orientanda da Professora Doutora Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva, membro do grupo de pesquisa Educação, Arte e Inclusão. Professora do Instituto Técnico Federal de Santa Catarina. IF-SC. Contato: janine_perini@yahoo.com